



**ESTADOS UNIDOS** /Magnata republicano supera o presidente Biden em obtenção de fundos de campanha por dois meses seguidos e, pela primeira vez, tem mais dinheiro em caixa. Bilionário conservador doou, sozinho, US\$ 50 milhões

# Trump lidera em arrecadação

» RODRIGO CRAVEIRO

O norte-americano Henry “Hank” Rosso (1917-1999), considerado o pai da arrecadação de fundos ética e filantrópica, conceituou o seu ramo de atuação como “a arte suave de ensinar a alegria de dar”. A 137 dias das eleições presidenciais nos Estados Unidos, bilionários e executivos têm ensinado que os interesses políticos estão acima de tudo. Pela primeira vez desde 30 de maio, quando foi considerado culpado de 34 acusações ligadas à fraude de documentos para esconder o suborno à ex-atriz pornô Stormy Daniels, com quem supostamente teve um caso, o magnata republicano Donald Trump superou o presidente democrata Joe Biden em arrecadação de doações para a corrida à Casa Branca.

Em maio passado, Trump conseguiu US\$ 141 milhões (cerca de R\$ 767 milhões) em doações, enquanto Biden obteve US\$ 85 milhões (R\$ 462 milhões). De acordo com o jornal *The New York Times*, o comitê de campanha do republicano ultrapassou o de Biden no que diz respeito à provisão de caixa: enquanto Trump tem US\$ 116,5 milhões (R\$ 633,7 milhões), Biden conta com uma receita de US\$ 91,6 milhões (R\$ 498,3 milhões). Ao levar em consideração o valor obtido pela campanha e pelos respectivos partidos (Republicano e Democrata), Trump iniciou este mês com US\$ 235 milhões (R\$ 1,27 trilhão), enquanto Biden teve US\$ 212 milhões (R\$ 1,1 trilhão).

Professor de direito da Universidade Columbia (em Nova York), John Coffee Jr. explicou ao **Correio** que Trump recebeu um “presente” de US\$ 50 milhões (R\$ 272 milhões) de um único doador, o recluso conservador Timothy Mellon,

81 anos, que herdou a fortuna do pai, o banqueiro Andrew Mellon. “Isso aumentou sua média mensal de arrecadações. Tradicionalmente, os republicanos superam os democratas no levantamento de fundos de campanha, e é algo notável o fato de Biden ter estado, até então, à frente na arrecadação”, disse.

Para Coffee, o aumento nas doações para Trump avança a percepção, ao menos entre sua base partidária, de que ele vencerá em novembro. “Isso porque ninguém deseja financiar uma campanha derrotada”, sublinhou. O especialista acredita que os grandes doadores, como Mellon, buscam comprar influência, com o dinheiro repassado à campanha. “Os pequenos doadores varejistas são, provavelmente, os verdadeiros crentes em Trump e atuam quase como seguidores de uma seita.” Ele avalia o primeiro debate presidencial, em 27 de junho, em Atlanta (Geórgia), como um importante termômetro para avaliar a campanha de cada pré-candidato.

Allan Lichtman, historiador político da American University (em Washington), disse à reportagem que Trump goza de uma base dedicada, a qual acredita que o julgamento em Manhattan (sobre o caso Stormy Daniels) foi fraudado, de forma a prejudicar o republicano. “Trump tem forte apoio dos bilionários, os quais creem que ele os tornará ainda mais ricos, com novos cortes de impostos e desregulação. Os magnatas também temem que Biden cobrará novos impostos dos mais ricos.”

Lichtman assegura que Trump não está mais à frente das mais recentes pesquisas. “A última média de pesquisas mostra Biden em ligeira vantagem. No entanto, as primeiras sondagens não têm valor preditivo. Certamente, Trump pode perder em novembro.”

## Eu acho...



“A condenação de Trump motivou seus partidários e, provavelmente, assustou os eleitores moderados indecisos. O dinheiro tem sido dado pelos verdadeiros crentes, não pelos indecisos. Acredito que Trump poderá ser eleito, apesar de sua condenação na Justiça.”

**John C. Coffee Jr.**, professor de direito na Universidade Columbia (em Nova York)



“Trump obteve várias grandes doações de financiadores terciários que procuram atenção. Eles tendem a estar entediados ou desempregados. A maior parte do dinheiro de Trump provém de grandes doações, o que não é indicativo de uma verdadeira onda de apoio popular.”

**Jeffrey Sonnenfeld**, professor de prática de liderança da Universidade Yale

Jeffrey Sonnenfeld, professor de prática de liderança pela Universidade Yale, concorda com Lichtman. “É possível que Trump seja eleito, mas ele não lidera na maioria das pesquisas. Biden começa a avançar na maior parte das sondagens, até mesmo a feita pela emissora Fox News, alinhada ao ex-presidente republicano”, lembrou ao **Correio**.

## Imigração

Nas últimas semanas, Biden cortou a agenda conservadora, ao anunciar o fechamento da fronteira entre Estados Unidos e México, caso o número de solicitações de asilo, por parte de

imigrantes ilegais, ultrapassar 2.500 em um único dia. Menos de duas semanas depois, em 18 de junho, o presidente assinou ordem executiva para simplificar a regularização de 500 mil cônjuges não documentados de cidadãos norte-americanos. As duas medidas são vistas por especialistas como uma jogada política para obter votos da extrema direita e do eleitorado de imigrantes legalizados.

Trump também sinalizou um gesto de boa vontade aos imigrantes. Na última quinta-feira, ele sugeriu que os Estados Unidos deveriam conceder “automaticamente” a residência permanente aos estrangeiros formados nas universidades do país.

## Veto de armas a agressor doméstico

A Suprema Corte dos EUA ratificou uma lei federal que proíbe que pessoas sujeitas a ordens de distanciamento por violência doméstica possuam armas de fogo. Por oito votos contra um, os juízes anularam a decisão de um tribunal de apelações que havia determinado de que a lei era inconstitucional.

“Quando um tribunal considera que uma pessoa representa uma ameaça credível para a segurança física de outra, essa pessoa pode ser desarmada temporariamente de acordo com a Segunda Emenda”, escreveu o presidente do tribunal, John Roberts.

O presidente Joe Biden expressou satisfação com a decisão e prometeu impulsionar restrições às armas para proteger as mulheres. “Como resultado da sentença de hoje (ontem), as sobreviventes de violência doméstica e suas famílias poderão seguir contando com proteções fundamentais”, afirmou.

Foi o primeiro caso sobre o direito ao porte de armas analisado pelo tribunal desde o ano passado, quando proclamou o direito dos cidadãos a portar armas em espaços públicos. Na decisão do ano passado, o máximo tribunal advertiu que autorizaria apenas exceções “razoáveis” ao direito de portar armas consagrado na Segunda Emenda e que se basearia em precedentes históricos da regulamentação das armas de fogo.

Desse modo, os tribunais inferiores são obrigados a determinar se as restrições se ajustam à “história e às tradições” da regulamentação das armas de fogo nos Estados Unidos entre o fim do século 18 e 19.

## Conexão diplomática



por Silvio Queiroz  
silvioqueiroz.df@gmail.com

# Planalto e Itamaraty na cola de Maduro

Nas próximas cinco semanas, salvo imprevisto, as atenções da diplomacia brasileira estarão voltadas em escala crescente para as eleições presidenciais na Venezuela, marcadas para 28 de julho. Os últimos movimentos do processo, cercado por dificuldades na circulação de informações confiáveis, confirmam a expectativa por dias tensos e desafiadores para o Planalto e o Itamaraty.

O presidente Nicolás Maduro, herdeiro do chavismo e candidato a mais uma reeleição — não há limite legal para o exercício de mandatos sucessivos —, firmou declaração de compromisso com o resultado das urnas. Paralelamente, no entanto, retirou o convite feito à União Europeia para que enviasse uma missão observadora.

Desde a chegada de Hugo Chávez ao poder, em 1999, com sua plataforma do “socialismo bolivariano”, voto é sinônimo de controvérsia e turbulências no país. Da última vez, há cinco anos, a oposição alegou fraude e constrangimentos e se recusou a reconhecer a vitória do presidente. Proclamou como sucessor “provisório” o deputado Juan Guaidó e buscou apoio externo — com algum sucesso, principalmente nos EUA e na Europa. A manobra, porém, não vingou.

## Esfinge ameríndia

Pela ótica brasileira, o chavismo é o enigma próximo e íntimo deste século, em especial para o presidente Lula. Quando conquistou o primeiro mandato, em 2002, o governante vizinho vinha de sobreviver a uma tentativa de golpe. Desde então, tornou-se a um tempo peça-chave para os planos de integração sul-americana e pivô dos principais obstáculos a ela. Com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e sobretudo após a eleição de Bolsonaro, que se alinhou ao reconhecimento de Guaidó, as relações bilaterais chegaram a ficar congeladas.

De volta ao Planalto, Lula mediou no ano passado um acordo entre Maduro e a oposição para a garantia de eleições “livres e justas”. A interdição da ex-deputada María Corina Machado e de outros candidatos antichavistas, no entanto, estreitou a margem de manobra para o presidente, o assessor especial Celso Amorim e o chanceler Mauro Vieira. O impasse em torno da missão da UE se perfila, agora, como o próximo desafio para o governo brasileiro nesse terreno minado — apenas o próximo, quase certamente não o último.

## Lava-se em casa

Quando intercedeu para acalmar os ânimos entre governo e oposição na Venezuela, o governo brasileiro tinha na mira um objetivo central: preservar uma construção diplomática das últimas duas décadas, pela qual as crises na vizinhança possam se resolver sem a intervenção de “forças externas”. No caso, a referência óbvia é aos EUA. No atual tabuleiro político sul-americano, o Brasil conta, nessa empreitada, principalmente com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro. Ex-guerrilheiro de esquerda, reintegrado à vida civil e à política institucional há mais de 30 anos, Petro governa hoje o vizinho mais íntimo da Venezuela, historicamente.

A preocupação com interesses extrarregionais tem expressão em outra situação, por ora sob controle: a disputa entre Caracas e a vizinha Guiana pela região de Essequibo. A pendência data do período em que os guianenses eram súditos da coroa britânica. Reacendeu-se após a descoberta recente de extensas reservas de petróleo no território. A exploração das jazidas fez do pequeno país o de maior crescimento econômico na América do Sul.

## Aviso aos navegantes

Não por acaso, coube a Lula mediar, no ano passado, um acordo pelo qual Maduro e o colega Irfaan Ali se comprometeram a excluir o uso da força como recurso para resolver a disputa. A iniciativa teve como pano de fundo a disposição, anunciada por Londres, de enviar uma força naval para proteger a Guiana — e as operações de petroleiras britânicas em Essequibo.

Nas últimas semanas, coincidindo com a reta final da campanha eleitoral, é Maduro quem poderá receber um reforço, ao menos simbólico, pelas águas do Caribe. Uma flotilha da Marinha russa vem de realizar manobras no Atlântico e aportar em Cuba. A fragata Almirante Gorshkov e o submarino de propulsão nuclear Kazan, com dois navios de escolta, estão equipados com mísseis de última geração — que não estão carregados com ogivas atômicas, embora tenham capacidade técnica para isso.

Os exercícios do grupo naval devem seguir até agosto. As embarcações zarparam de Havana na última segunda-feira, sem destino anunciado publicamente. O litoral venezuelano, inclusive, pela

proximidade — mas não apenas por isso — era visto como uma possível escala.

## Roteiro adaptado

O périplo da flotilha russa pela vizinhança dos EUA faz eco às escaramuças entre as duas principais potências nucleares durante a Guerra Fria. Mas o cenário idílico do Caribe não foi o único em que o roteiro da segunda metade do século 20 voltou à cena — até aqui, como ensaio.

Em meio às tensões da guerra na Ucrânia, o presidente Vladimir Putin percorreu na última semana uma trilha de profundo significado histórico. Foi primeiro à Coreia do Norte, regime comunista dinástico que mantém com a Coreia do Sul, pró-ocidental, a fronteira provisória traçada pelo armistício que interrompeu a guerra travada entre 1950 e 1953. Firmou com o colega Kim Jong-un, que teve o pai e o avô como antecessores, um acordo de defesa mútua.

De Pyongyang, Putin seguiu para Hanói, capital do Vietnã, onde os EUA foram derrotados, em 1975, ao fim de mais de uma década de envolvimento em uma guerra que terminou com a unificação do país sob um regime comunista — que, hoje, cultiva as relações com Washington, mas igualmente a memória do apoio que recebeu do Kremlin no período soviético.